

RIO DE JANEIRO, 30 DE JULHO DE 1981

Laudo muda o disco e vê reforma no acordo

(O porta-voz de Figueiredo em SP diz que ele odeia casuísmos)

SÃO PAULO — "Conheço o presidente João Figueiredo e sei de seu propósito de evitar os casuísmos. Ele procurará ouvir muito, para que a reforma represente o consenso político da Nação". O comentário foi feito ontem de manhã pelo ex-governador Laudo Natel, um dos candidatos do PDS ao governo do Estado. "Depois de ouvir as bases partidárias do PDS — acrescentou Natel — o presidente levará ao Congresso Nacional as bases para o debate político. Chegar ao consenso, reconhecê-lo, é difícil, mas não impossível".

O ex-governador participou ontem de uma reunião na Associação Nacional das Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas, onde disse acreditar que "só aos homens de bem deveria ser permitido fazer política", porque esses "podem levar a experiência de sua ação, para o aperfeiçoamento da atividade política".

Laudo Natel acredita que o PDS, em São Paulo, "tem grandes possibilidades de vencer a eleição para o Governo do Estado", embora considere que "o grande eleitor da Oposição é o custo de vida".

Para o ex-governador, é necessário, antes de mais nada, para que o PDS vença as eleições, "que as lideranças partidárias esclareçam a opinião pública, para que não sejam debitadas, ao Governo, coisas pelas quais ele não é responsável. É o caso, por exemplo, da crise dos combustíveis, completamente importada".

O ex-governador chama a atenção também para o fato de que "metade do eleitorado paulista pertence a Municípios pequenos e médios, e todos estes são governistas, até por necessidade. O candidato do PDS, então, que tiver condições de dividir com a Oposição o eleitorado dos grandes centros, tem possibilidade de vencer eleição, somando os votos das pequenas e médias cidades aos que obtiver nos grandes centros urbanos".

Embora seja, pessoalmente, contra as sublegendas, e a proibição de coligações, Laudo Natel as considera "teses necessárias". "O voto vinculado e a proibição de coligações — disse ele — visam ao fortalecimento dos partidos. Se não houver a vinculação, o eleitor votará numa colcha de retalhos, escolhendo, talvez, um candidato de cada partido".

"Ao mesmo tempo — prosseguiu —



Natel e Maciel: intérpretes dos casuísmos?

se for permitido aos partidos fazer coligações, os novos partidos não se imporão, nem se firmarão no cenário político. Por isso, nesta primeira campanha, não lhe deve ser permitido se coligarem.

Laudo Natel está convencido de que uma das sublegendas do PDS ao Governo do Estado, será sua, porque possui "um trabalho de mais de 20 anos".

Além de sua candidatura, o ex-governador considera que o prefeito Reinaldo de Barros, também, deverá disputar, e além dele, outro candidato que, segundo suas previsões, também, deve ter origem no Governo atual". Para Natel, é natural que surjam, agora, diversas candidaturas — o PDS já possui pelo menos 10 candidatas a candidato ao Governo — mas "na hora da Convenção, a coisa será definida, e os nomes que estiverem mais fortes aflorarão normalmente".

Num discurso que fez, depois, aos integrantes da Associação Nacional de Transportes Rodoviários de Cargas, Laudo Natel disse ter observado que quando conversa com prefeitos, vereadores, dirigentes partidários ou delegados políticos, percebe que a política predomina nas suas preocupações. Mas, quando fala com "homens do povo", percebeu que eles têm, como tema básico, o custo de vida e os problemas econômicos.

★ Ainda há pouco, o mesmo Laudo Natel, que se considera íntimo do Planalto, havia declarado que o Governo não vacilaria em recorrer ao decurso de prazo para impor sua reforma. Qual dos Laudos levar a sério?

Maciel nega distrital. Mas quem é o Maciel?

BRASILIA — O governador de Pernambuco, Marco Maciel, e o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, conversaram ontem por mais de uma hora sobre reforma eleitoral, segundo ambos admitiram. Eles se negaram, no entanto, a informar especificamente do que trataram. A saída do gabinete de Abi-Ackel em direção ao chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, general Golbery do Couto e Silva, o governador de Pernambuco reafirmou opiniões genéricas sobre alguns pontos a serem abrangidos pela reforma.

Voltou a defender a manutenção da sublegenda e sua extensão à eleição de governadores; considerou o voto distrital puro inconveniente ao país, por exacerbar a influência do poder econômico e provocar a eleição de pessoas preocupadas somente com seus círculos eleitorais; sobre o voto distrital misto, preferiu alegar ignorância a respeito desse sistema eleitoral que, em sua opinião, também é inconveniente, pelo menos no momento atual, mas que merece estudo aprofundado pelo Governo e pelo Congresso Nacional.

De sua conversa com Abi-Ackel revelou apenas o que o ministro da Justiça já tem dito, que é a intenção do Governo promover a reforma através de projetos específicos que, na opinião de Maciel, deverá se dividir em três etapas. A primeira delas cuidando da legislação partidária, a segunda da eleitoral e a terceira da propaganda eleitoral. Defendeu, no entanto, que a reforma é imprescindível à realização das eleições de 1982, pois as alterações na Constituição que permitiram o aparecimento de novos partidos e a volta das eleições diretas para governadores estão em flagrante conflito com a legislação eleitoral vigente, sendo necessário modificá-las para atender às exigências constitucionais.

A sublegenda, aspecto da reforma tido como definido pelo Governo, mereceu defesa enfática do governador, para quem esse instrumento tende a desaparecer num regime pluripartidário efetivo, mas que, no momento, é fundamental à consolidação dos novos partidos e para o aparecimento de novas lideranças. Os outros pontos polêmicos abrangidos pela reforma mereceram de Marco Maciel apenas comentários "em tese" e não conclusivos.

O voto vinculado, por exemplo, é, para o governador, "um ponto a ser examinado" e que "em tese" só deve vigorar para as eleições legislativas. Quanto à possibilidade de que a vinculação não atinja apenas candidatos a deputado federal e estadual, mas também os vereadores, Marco Maciel preferiu jogar para o terreno das hipóteses, lembrando que também deveria ser estudada a questão diante do fato de que há 20 anos a eleição nesse três níveis não é coincidente.